

DA INDIGNAÇÃO À AÇÃO INTERSECCIONAL: CONSTRUINDO DISCIPLINA DECOLONIAL, ANTIOPRESSIVA E EMANCIPATÓRIA PARA GRADUAÇÃO EM MUSICOTERAPIA

From indignation to intersectional action: Building a decolonial, anti-oppressive, and emancipatory discipline for undergraduate music therapy

De la indignación a la acción interseccional: Construyendo una disciplina decolonial, anti-opresiva y emancipatoria para la carrera de grado en musicoterapia

Wagner Junio Ribeiro¹, Luiz Paulo Ribeiro², Verônica Magalhães Rosário³
ORCID 0000-0003-2444-2391 ORCID 0000-0002-4278-7871 ORCID 0000-0001-7569-798X

Resumo - Como produto da dissertação desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentamos, neste trabalho, a construção de uma disciplina decolonial, antiopressiva e emancipatória para o curso de Musicoterapia da UFMG, como resposta à lacuna curricular sobre as discussões de raça, gênero e sexualidade. A proposta, intitulada “Prevenção e Enfrentamento às Violências, Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia”, estrutura-se em quatro caminhos temáticos: interseccionalidades; violências; teorias decoloniais e emancipatórias; e promoção da saúde e práticas emancipatórias em Musicoterapia. Fundamentada em referenciais críticos, o objetivo é delinear uma disciplina que ofereça, a estudantes, ferramentas para uma atuação profissional que compreenda e enfrente as violências estruturais e institucionais a partir de uma perspectiva interseccional capaz de desenvolver consciência crítica e capacitar para práticas de cuidado alinhadas à justiça social e aos direitos humanos, o que contribuirá para a transformação das realidades em que atuam. A iniciativa posiciona a formação em Musicoterapia como um ato ético-político, engajado com as lutas sociais contemporâneas.

Palavras-chave: formação em musicoterapia, interseccionalidade, prevenção da violência, práticas emancipatórias

Abstract - As the dissertation product for the Professional Master's program in Health Promotion and Violence Prevention at the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Faculty of Medicine, we present in this work the construction of a decolonial, anti-oppressive, and emancipatory course for the Music Therapy program at UFMG, in response to the curricular gap on discussions of race, gender, and

¹ Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência e Bacharel em Musicoterapia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Voluntário no curso de Musicoterapia da UFMG. <http://lattes.cnpq.br/9027847524343646>. e-mail mtwagnerribeiro@gmail.com

² Psicólogo, Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor adjunto no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UFMG. <http://lattes.cnpq.br/4707346826137662>. e-mail luizribeiro@live.com

³ Doutora em Neurociências e Mestre em Música pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Musicoterapia pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP). Professora Adjunta no Departamento de Instrumentos e Canto da Escola de Música da UFMG. <http://lattes.cnpq.br/3714971492649787> e-mail veronica@musica.ufmg.br

sexuality. The proposal, titled "Prevention and Confrontation of Violence, Health Promotion, and Emancipatory Practices in Music Therapy," is structured into four thematic paths: intersectionalities; violence; decolonial and emancipatory theories; and health promotion and emancipatory practices in Music Therapy. Grounded in critical theoretical frameworks, the objective is to outline a course that offers students tools for a professional practice that understands and confronts structural and institutional violence from an intersectional perspective. It aims to develop critical consciousness and empower care practices aligned with social justice and human rights, contributing to the transformation of the realities in which they work. The initiative positions music therapy training as an ethical-political act, engaged with contemporary social struggles.

Keywords: music therapy training, intersectionality, violence prevention, emancipatory practices

Resumen - Como producto de la disertación para el programa de Maestría Profesional en Promoción de la Salud y Prevención de la Violencia de la Facultad de Medicina de la Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), presentamos en este trabajo la construcción de una asignatura decolonial, antiopresiva y emancipatoria para la carrera de Musicoterapia de la UFMG, como respuesta a la brecha curricular sobre las discusiones de raza, género y sexualidad. La propuesta, titulada "Prevención y Afrontamiento de las Violencias, Promoción de la Salud y Prácticas Emancipatorias en Musicoterapia", se estructura en cuatro ejes temáticos: interseccionalidades; violencias; teorías decoloniales y emancipatorias; y promoción de la salud y prácticas emancipatorias en Musicoterapia. Fundamentada en marcos teóricos críticos, el objetivo es diseñar una asignatura que ofrezca a los estudiantes herramientas para una práctica profesional que comprenda y enfrente las violencias estructurales e institucionales desde una perspectiva interseccional. Buscando desarrollar la conciencia crítica y capacitar en prácticas de cuidado alineadas con la justicia social y los derechos humanos, contribuyendo a la transformación de las realidades en las que actúan. La iniciativa posiciona la formación en Musicoterapia como un acto ético-político, comprometido con las luchas sociales contemporáneas.

Palabras clave: formación en la musicoterapia, interseccionalidad, prevención de la violencia, prácticas emancipatorias

Introdução

Exu matou um pássaro ontem
com a pedra que só atirou hoje.
(Provérbio iorubano)

As encruzilhadas são espaços-movimentos onde os caminhos óbvios e os surpreendentes se encontram. Encruzilhada é terreno fértil, do verbo Exu, do caos organizativo, da criação a partir das desconstruções e desordens (Beniste, 1997; 2006; Prandi, 2001; Rufino, 2019; Martins, 2003; Araújo & Ribeiro, 2025). A encruzilhada, na cosmopercepção afro-brasileira, simboliza o ponto de encontro e diálogo entre múltiplos saberes e possibilidades. Incorporar essa lógica na formação em Musicoterapia implica reconhecer a potência da diversidade e da abertura para o novo como práticas emancipatórias, ao decolonizar saberes e instaurar pedagogias que valorizem o trânsito entre mundos e epistemologias.

Quando Junio Ribeiro et al., (2021) relatam a experiência de discutir sobre gênero e sexualidade, numa perspectiva LGBTQIA+⁴, durante a graduação, o que se evidencia é o caráter raro e inusitado dessa oportunidade. Não se tratava de um tema recorrente ou esperado nos cursos, mas de uma abertura singular, quase um acontecimento fora da curva, que levantou questões incontornáveis: por que a formação em Musicoterapia insiste em silenciar debates sobre gênero e sexualidade? Como alcançar uma formação crítica e ética sem a presença adequada desses temas?

Aqui, expandimos a percepção ao entender que, junto a gênero e sexualidade, é imprescindível discutir raça e trazer, também, as violências que atravessam essas dimensões a partir de uma perspectiva interseccional. Segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade não é apenas a soma de opressões, mas a compreensão de como elas se entrecruzam e se tornam indissociáveis nas experiências concretas das pessoas. Em outras palavras, não é possível compreender o racismo, o machismo e a LGBTQIA+fobia sem considerar as estruturas do capitalismo e do cisheteropatriarcado, tendo em vista que esses sistemas não atuam isoladamente, mas de maneira articulada. Assim, pensar interseccionalmente significa desnaturalizar desigualdades e compreender como os marcadores sociais são construídos

⁴ A escolha desse formato da sigla se dá a partir da sugestão da 2ª edição do *Manual de Comunicação LGBTI+*, da Aliança Nacional LGBTI/GayLatino (Reis, 2018). Outros formatos podem aparecer, principalmente quando ligados a títulos de trabalhos.

política e historicamente. A partir das interseccionalidades, abrimos caminho para a leitura das violências e das iniquidades sociais decorrentes dos processos coloniais sobre as existências racializadas, generificadas e sexualizadas (Akotirene, 2019).

A crescente discussão sobre a urgência de uma abordagem interseccional na Musicoterapia evidencia um problema central: a ausência de formação sobre raça, gênero e sexualidade. Essa lacuna contribui para o despreparo de profissionais, o que perpetua desigualdades nos espaços de cuidado, como indicam os trabalhos de Sue Baines et al. (2013; 2019), Boggan, et al. (2017), e de Junio Ribeiro et al., (2021). Nesse sentido, emerge a questão que orienta esta escrita: de que maneira a articulação entre teorias decoloniais e a práxis musicoterapêutica pode instituir um currículo comprometido com a justiça social e o enfrentamento das violências estruturais na graduação em Musicoterapia? Responder a esse desafio implica destacar a necessidade de revisar valores heteronormativos e cisnormativos na formação, bem como se desarticular de conteúdos hegemônicos por meio da proposição de ambientes de ensino comprometidos com a equidade, nos quais a perspectiva interseccional seja integrada à prática e embasada por uma educação radicalmente diversa, inclusiva e emancipatória.

Paz (2022, p. 7) questiona o comprometimento da Musicoterapia enquanto “dimensões disciplinares e regulatórias, ou com práticas participativas e emancipadoras”. Entendemos, como práticas emancipatórias na Musicoterapia, aquelas que articulam ações antiopressivas e promotoras de saúde, que atuam não apenas no enfrentamento às violências, mas também na valorização das epistemologias diversas dos sujeitos e das comunidades (Junio Ribeiro et al., 2025).

Partindo desses encontros encruzilhados, entre referências da própria Musicoterapia e de áreas afins, propomos a criação de uma disciplina optativa para o curso de Bacharelado em Música com Habilitação em Musicoterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A disciplina se inicia como optativa por questões burocráticas, como a necessidade de uma reforma curricular e dos prazos necessários para se propor uma disciplina obrigatória. Todavia, seguimos acreditando que tal conteúdo deva ser inserido no percurso curricular comum (disciplinas obrigatórias).

Sediado na Escola de Música, o curso teve sua origem em 2009, idealizado pela professora Cybelle Maria Veiga Loureiro. Foi estruturado com uma carga horária total de 2.850

horas (190 créditos), desenhada para integralização em um tempo regular de quatro anos. Desse montante curricular, 2.115 horas são dedicadas a atividades obrigatórias e 675 horas a disciplinas optativas. Há, ainda, a destinação de 60 horas para formação livre e a exigência de, no mínimo, 300 horas dedicadas ao estágio curricular clínico supervisionado. Para garantir a base epistemológica exigida pelo exercício da profissão, o projeto pedagógico propõe um currículo de natureza marcadamente interdisciplinar, que alia o desenvolvimento rigoroso do conhecimento musical à sua aplicação terapêutica, o que impõe, aos discentes, uma forte imersão em conhecimentos clínicos. Dessa forma, a matriz abrange áreas diversas e complementares: além das disciplinas teóricas e metodológicas diretamente ligadas ao campo específico, o percurso é sustentado por grupos de estudo em Psicologia (o que inclui disciplinas como Neuropsicologia e Psicologia do Desenvolvimento), Ciências da Saúde (que abrange Anatomia, Neuroanatomia, Fundamentos de Neurologia, Pediatria, Psiquiatria e Geriatria) e Ciências Humanas (que engloba discussões em Sociologia, Filosofia e Estética).

Apesar do caráter interdisciplinar do percurso, em uma análise do Projeto Pedagógico do Curso de Música, não foi encontrada disciplina que abordasse questões de raça, gênero e sexualidade, embora a universidade ofereça formações transversais sobre os temas que não integram o percurso curricular obrigatório (Junio Ribeiro, 2025). Como pontuado por Gomes (2007), embora a temática da diversidade esteja presente nas propostas curriculares, ela, geralmente, não assume um papel central na estrutura do currículo. Em vez disso, tende a ser tratada como um tema transversal, muitas vezes restrito à ideia de pluralidade cultural, o que esvazia sua dimensão política e crítica. Essa limitação, segundo a autora, compromete a construção de práticas pedagógicas que enfrentem as desigualdades raciais, de gênero e de classe de forma efetiva.

A Musicoterapia da UFMG, ao descentralizar esses temas para uma formação transversal, delega aos estudantes a responsabilidade de buscar, de forma autônoma, formações complementares ou disciplinas isoladas em outros departamentos para suprir o vazio de conteúdos sobre raça, gênero e sexualidade no percurso técnico-específico. Essa estrutura revela que, apesar do alinhamento da universidade com as políticas de Direitos Humanos, o curso de Musicoterapia ainda mantém a diversidade em uma posição periférica dentro da matriz curricular, porque não a integra como um pilar epistemológico do fazer musicoterapêutico.

É fundamental destacar que a ausência de uma formação interseccional não pode ser compensada pelo esforço individual de estudantes que, em sua maioria, são mulheres, pessoas

negras, indígenas e/ou LGBTQIA+ que, frequentemente, assumem sozinhos o ônus de buscar esses conhecimentos. Essa realidade é injusta e transfere a responsabilidade da construção desse saber a grupos historicamente marginalizados.

Gomes (2007) explica que saberes historicamente produzidos por grupos marginalizados permanecem excluídos tanto dos currículos formais quanto da formação docente. No campo da didática, a disciplina é tradicionalmente concebida como um conjunto articulado de objetivos, conteúdos, métodos e instrumentos de avaliação que orientam o ensino de saberes específicos (Libâneo, 2013; Tardif, 2002). Ou seja, define-se o quê, por quê, como e por quem se ensina e aprende, por meio do estabelecimento de bases para as interações pedagógicas formalizadas (Sacristán, 2000). Essa perspectiva considera o currículo como um artefato linear e prescritivo, em que as fronteiras entre as áreas do conhecimento permanecem rígidas e hierarquizadas, o que limita abordagens integradoras e críticas (Sacristán, 2000).

Ao adotar uma perspectiva crítica, Freire (1996) reconstrói a disciplina como componente da práxis libertadora, um espaço de problematização da realidade em diálogo constante entre educador e educando. Nesse sentido, a disciplina mobiliza o currículo ao colocar em xeque as fronteiras estabelecidas, o que exige que os conteúdos sejam apropriados a partir das experiências concretas dos sujeitos e os orientem à ação transformadora. O currículo configura-se como um espaço simbólico, político e cultural, um verdadeiro território em disputa no qual se cruzam relações de poder, subjetividades e projetos de vida (Paraíso, 2004; Silva, 2018; Rodrigues & Oliveira, 2013; Damas, 2024). Longe de ser um documento neutro, ele traduz escolhas valorativas sobre quem somos e quem queremos ser, ao se materializar tanto nas diretrizes oficiais quanto nas práticas cotidianas da sala de aula.

Atravessados por essas posições críticas, nosso objetivo é apresentar conceitos e organizar conteúdos que levem a ações assertivas. A premissa é que, ao reconhecer a história das violências, estudantes de Musicoterapia podem se engajar em práticas emancipatórias (Baines et al., 2019; Boggan et al., 2017; Fansler et al., 2019; Junio Ribeiro et al., 2021; 2025), diante da abertura de caminhos para discutir intersecções, propor estratégias contra a violência e promover saúde com base em teorias emancipatórias. Dessa maneira, a proposta é produzir conhecimento sensível a epistemologias socialmente marginalizadas, numa iniciativa que visa romper com a escassez desses debates, ao compreender que a “escola-encruzilhada [...] é lugar de arriar fatura” (Oliveira, 2025, p. 9).

Percurso metodológico

Este trabalho se configura como o produto da dissertação desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG (Junio Ribeiro, 2025). Para sua construção, nos orientamos por uma abordagem qualitativa de caráter crítico e reflexivo, capaz de empreender investigações que buscam problematizar fenômenos sociais, culturais e educacionais a partir de múltiplas perspectivas (Freire, 1996; 2000; Minayo, 2001; Carspecken, 2011). Esse caminho metodológico nos possibilitou articular diferentes fontes de análise e produção de conhecimento, ao privilegiar a interpretação crítica e o diálogo com referenciais teóricos contemporâneos nos campos da Educação, da Saúde e, mais especificamente, da Musicoterapia.

Assim, atravessados pelas questões até aqui levantadas, nos debruçamos na construção da disciplina “Prevenção e Enfrentamento às Violências, Promoção da Saúde e Práticas Emancipatórias em Musicoterapia”, iniciada em agosto de 2025, cujo percurso organizou-se em duas etapas principais. A primeira consistiu na análise crítica da literatura, com foco em referenciais sobre interseccionalidade, teorias decoloniais, violências estruturais e práticas emancipatórias no campo da Saúde, da Musicoterapia, da Educação e das Ciências Sociais. Essa etapa não teve caráter meramente descritivo, mas buscou correlacionar lacunas e tensionamentos na formação em Musicoterapia, à luz de autoras e autores que problematizam os currículos sob a perspectiva da justiça social (Junio Ribeiro, 2025).

A segunda etapa correspondeu à elaboração da proposta pedagógica da disciplina, construída a partir da triangulação entre as referências centrais sobre raça, gênero e sexualidades numa perspectiva interseccional, as referências decoloniais e emancipatórias, e os referenciais críticos da Musicoterapia, que, encruzilhados, dão forma a cada uma das aulas da disciplina.

Numa construção espiralar, os conteúdos foram sendo organizados com a disciplina em andamento – a pedra lançada hoje acerta o pássaro ontem, como na dialética de Exu que abre este trabalho. Assim, esse processo constituiu-se como um exercício no qual se vinculou a pesquisa e a ação (Minayo, 2009). A escrita do artigo assume, dessa forma, um caráter performativo, pois, ao mesmo tempo em que descreve e analisa criticamente, cria condições para uma prática educativa decolonial e emancipatória. A proposta foi materializada em consonância com as considerações de Ghisleni e Costa (2021) sobre pesquisa-intervenção como prática que demanda metodologias que articulem referenciais consolidados na literatura às

especificidades institucionais dos contextos de intervenção, com a construção de seus fundamentos e o enfrentamento de diferentes temporalidades e desafios.

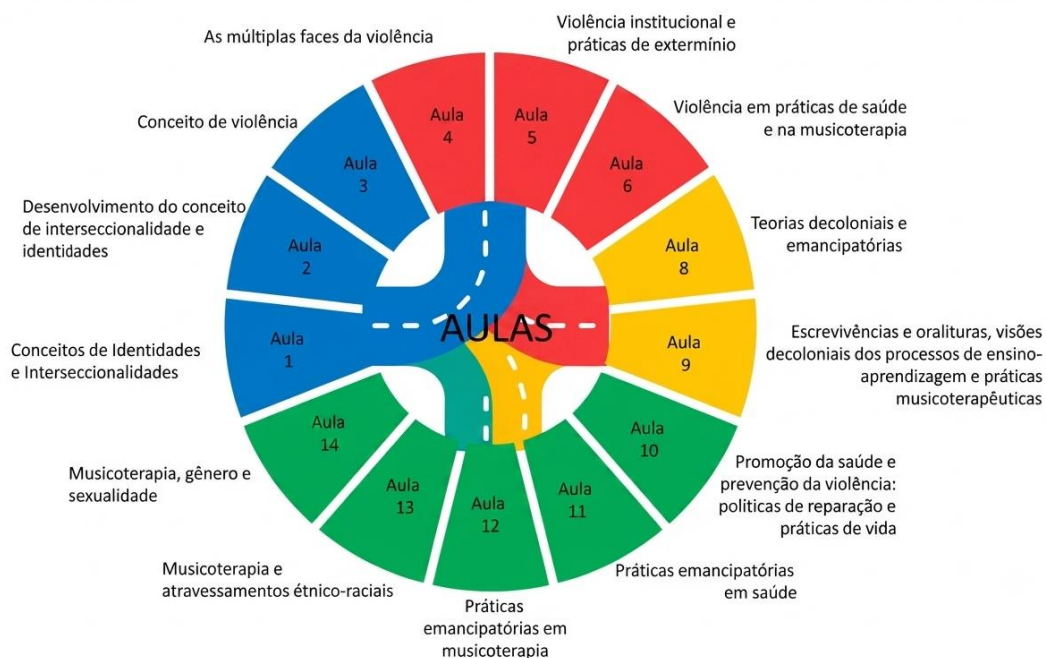
Assim, o percurso metodológico fundamentou-se em um método que não se limita à descrição da realidade, mas a problematiza, tensiona e traz, por vezes, autoras e autores que ora se contradizem, ora se complementam, o que possibilitou uma perspectiva ampla e construiu uma proposta que busca responder às ausências identificadas na formação de musicoterapeutas.

Metodologia da disciplina: caminhos estruturantes

Desenvolvida por meio de práticas que favoreçam o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento, a partir de aulas expositivas, discussões em grupo, estudos de caso, oficinas e vivências musicoterapêuticas, a estrutura curricular foi organizada em quatro caminhos principais que vão se encruzilhando dialogicamente ao longo do semestre: interseccionalidades; violências; teorias decoloniais e emancipatórias; promoção da saúde e práticas emancipatórias em Musicoterapia.

Figura 1

Esquema representativo das aulas de acordo com cada caminho



A seguir, abordaremos cada caminho e seus conteúdos, com uma discussão a partir das referências utilizadas para a formulação das aulas que os compõem.

1º Caminho: Interseccionalidades

Abordou as interseccionalidades, com foco na compreensão das múltiplas identidades e existências, bem como nas múltiplas camadas de opressão e privilégio relacionadas à raça, gênero e sexualidade, perpassando as relações de classe e território. Foram discutidos os conceitos de identidades sociais, suas interseccionalidades, as opressões estruturais e suas implicações nas dinâmicas sociais.

Aula 1: Introdução ao conceito de interseccionalidade

Introduziu-se o conceito de interseccionalidade a partir de Crenshaw (1989; 2002) e Akotirene (2019), ao articular identidades, marcadores sociais e relações de opressão, como racismo, sexismo e LGBTQIA+fobia. Apresentou-se a contribuição de Barros (2024), que analisa criticamente a construção de identidades subalternizadas pela lógica capitalista e colonial, ao mostrar como a Europa institui um imaginário racializante e uma racionalidade que inferioriza a alteridade, o que legitima práticas colonizadoras por meio de uma teoria do conhecimento excludente.

Ao transpor o conceito de interseccionalidade de Crenshaw (1989; 2002) para a Musicoterapia, propõe-se que a escuta musicoterapêutica deixe de ser um ato neutro para se tornar uma prática de reconhecimento do outro como sujeito marcado por estruturas de opressão, ao implicar musicoterapeutas na observação crítica da história de vida racializada e generificada de quem acessa os serviços de saúde (Baines, 2013; Baines et al., 2019; Junio Ribeiro et al., 2025).

Aula 2: Desenvolvimento do conceito de interseccionalidade

Aprofundou a discussão sobre identidades e interseccionalidade situadas em relações de poder, ao abordar Fanon (2020) e Collins (2019; 2020). Discute gênero e sexualidade via Foucault (1988), Butler (2003) e Wolf (2021). A interseccionalidade foi proposta como ferramenta de análise e resistência, que visa “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p. 14).

Em paralelo, observou-se a Musicoterapia Queer, de Bain et al., (2016), que preconiza a desconstrução de normas cisheteronormativas, ao compelir uma prática na qual musicoterapeutas devem assumir um papel de agente de resistência à exclusão.

Também trouxe reflexões críticas a respeito das armadilhas do identitarismo e de sua consciência não como escolha, mas como imposição do Estado neoliberal (Barros, 2024). Confrontou, ainda, perspectivas do identitarismo como instrumentos de controle e da identidade como forças de pertencimento, ao articular opressões e privilégios.

2º Caminho: Violências

Abordou as expressões simbólicas, institucionais e estruturais da violência, com recorte no campo da Saúde, ao refletir sobre como o racismo, a LGBTQIA+fobia e o sexismo afetam as práticas de cuidado. Fizemos um convite à análise crítica dessas violências e à construção de abordagens éticas que promovam o acolhimento e a resistência a partir de uma escuta comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

Aula 3: Conceito de violência

O conceito de violência foi discutido a partir da teoria social de Misse (2016), por meio da análise de suas formas simbólicas, estruturais e diretas. Abordamos a violência direta (Minayo, 2006), simbólica (Bourdieu, 2007) e estrutural (Galtung, 1969), reconhecidas como um problema social e epidemiológico que exige intervenções intersetoriais.

Reconhecer essas dimensões integradas é crucial para que políticas e práticas de saúde deixem de tratar a violência apenas como fenômeno criminal, mas como um problema social e epidemiológico, que exige intervenções intersetoriais e reflexivas para atenuar seus efeitos na vida das pessoas (Minayo, 2003; 2006).

Aula 4: As múltiplas faces da violência

Propusemos uma análise crítica das violências com enfoque nas dimensões étnico-raciais, de gênero e sexualidades. A discussão ancorou-se nas análises sobre o genocídio negro, por Nascimento (2016); na teoria da Necropolítica, de Mbembe (2018); e das relações sexistas, machistas e misóginas, a partir de Ribeiro (2017; 2019) e de Akotirene (2019). A perspectiva LGBTQIA+ foi discutida a partir de autores como Prado e Machado (2008), Reis (2015; 2018)

e Wolf (2021). Para concretizar, foram enfocadas situações como as de violências obstétricas sofridas por mulheres negras (Leal et al., 2017) e a transfobia nos serviços de saúde (Costa & Melo, 2024).

Ao analisarmos essas situações, observamos que o musicoterapeuta, frequentemente, lida com as marcas deixadas por essas opressões estruturais. Nesse sentido, estudiosas como Reis e Cunha (2017; 2021) revelam como a Musicoterapia pode ser um espaço de expressão dos sentimentos de mulheres negras, muitas vezes silenciadas pela violência do racismo institucional. Essa práxis clínica é reforçada por Reis et al. (2024), cujas investigações sobre atendimentos com mulheres negras demonstram que a Musicoterapia atua como dispositivo de cura e ressignificação política. Conforme argumentam Junio Ribeiro et al. (2025), é imperativo que o musicoterapeuta reconheça essas violências não como eventos isolados, mas como parte de um cotidiano que exige uma escuta engajada, capaz de transformar a prática musicoterapêutica em território de resistência e cuidado emancipatório.

Aula 5: Violência institucional e práticas de extermínio

Propusemos reflexões sobre violência institucional com base em Ladeia et al., (2016), que nos dizem como a violência institucional manifesta-se nas ações e omissões de órgãos e agentes públicos que, embora incumbidos de zelar pelo cuidado, proteção e defesa da população, acabam por praticar atos lesivos aos direitos dos cidadãos. Esse arranjo pode ser compreendido à luz da Necropolítica, de Mbembe (2018), que identifica, na gestão estatal da vida e da morte, um modo de soberania, um poder que decide quem pode viver e quem deve morrer. A esse respeito, Araújo e Ribeiro (2025) propõem as categorias “práticas de vida e de morte” como ferramenta analítica para distinguir ações coletivas de resistência, identificadas como os modos pelos quais comunidades constroem redes de cuidado e solidariedade, e das políticas de exclusão e letalidade que atravessam instituições estatais. Essas abordagens críticas convidam a repensar não apenas os vazios e as violências na atenção à saúde, mas, sobretudo, os gestos cotidianos que insistem na afirmação da vida sob condições adversas.

Aula 6: Violência em práticas de saúde e na Musicoterapia

Com base em Minayo (2006), abordamos a violência nas práticas de saúde, ao explorar como estruturas institucionais reproduzem desigualdades. Discutimos o racismo institucional (Werneck, 2016) e os mecanismos de silenciamento das vítimas de violência (Silva; Madrid,

2021). Para Ladeia et al. (2016), a violência institucional se materializa nos próprios serviços públicos de saúde, que deveriam garantir cuidado e proteção, mas acabam impondo negligência, coação e silenciamento aos usuários. Demonstrem assim, como rotinas burocráticas, protocolos punitivos e práticas desumanizadas em hospitais e ambulatórios reproduzem desigualdades e estigmas, o que converte o espaço do cuidado num dispositivo de opressão.

Propusemos, também, uma reflexão sobre as microviolências dentro das práticas musicoterapêuticas, ao problematizar como musicoterapeutas, ao operarem dentro de instituições, estão sujeitos a reproduzir lógicas violentas quando não questionam seu lugar político, o da pessoa atendida e de toda a estrutura, ao passo que uma perspectiva emancipatória pode ser capaz de transformar a prática musicoterapêutica em um exercício de enfrentamento às violências e de empoderamento (Mahoney, 2015; Junio Ribeiro et al., 2025).

Aula 7: Avaliação 1

As avaliações foram organizadas em etapas complementares para favorecer um percurso formativo que articule teoria, prática e reflexão crítica. São elas: 1) reflexão crítica sobre interseccionalidades e violências; 2) redação sobre visões decoloniais em Musicoterapia; 3) seminário sobre Práticas Emancipatórias em Musicoterapia; 4) participação nas aulas, nos debates e fóruns. A partir delas, propusemos a construção de um trabalho que interligasse os resultados das avaliações, ao encruilhar todas as dimensões propostas nas aulas em um projeto que contenha as reflexões críticas sobre os conceitos de interseccionalidade e violências, perspectivas decoloniais e propostas de práticas emancipatórias em Musicoterapia. Disso resultarão três ensaios distintos ao término da disciplina.

Na aula 7, realizou-se a primeira avaliação, com uma reflexão crítica sobre interseccionalidades e violências, na qual estudantes apresentaram reflexões críticas que articulam os conceitos de interseccionalidade e violência discutidos nos encontros anteriores. Em sala de aula, foi proposta a organização dos temas em tópicos, o que permitiu que cada estudante analisasse como essas dimensões atravessam a vida social e as práticas musicoterapêuticas, ao trazerem exemplos a partir dos estudos e de suas próprias vivências. O resultado desse trabalho foi a base da parte introdutória do trabalho final.

3º Caminho: Teorias decoloniais e emancipatórias

Exploramos as teorias decoloniais e emancipatórias com base em autores como Nascimento (1980), Freire (1996), Maldonado-Torres (2018) e Ribeiro (2017; 2019). As discussões giraram em torno da decolonização do saber e do cuidado, com ênfase em práticas que reconheçam a autonomia, a agência e os saberes de sujeitos historicamente marginalizados. Freire (1996) diz sobre o educar como um ato político e ético que deve sempre estar comprometido com a liberdade e a dignidade humana. Em paralelo à Musicoterapia, buscou-se, nesse caminho, promover uma reflexão crítica sobre o poder, o cuidado e a transformação social.

Aula 8: Teorias decoloniais e emancipatórias

Introduzimos perspectivas decoloniais, com o entendimento da decolonialidade como um projeto que analisa e enfrenta as colonialidades do saber, do poder e do ser (Maldonado-Torres, 2018). Discutimos o conceito de Quilombismo, de Nascimento (1980), como metáfora de uma sociedade alternativa e emancipada. Ribeiro (2017; 2019) compreende os processos decoloniais como experiências que se articulam na desestruturação do racismo institucionalizado. Segundo a autora, as estruturas de privilégio social favorecem certos grupos em detrimento de outros, o que gera um privilégio epistêmico, no qual as formas de conhecimento produzidas por esses grupos dominantes são legitimadas e amplamente reconhecidas, enquanto os saberes oriundos de grupos marginalizados são desvalorizados e silenciados, o que nomeia como epistemicídio (Ribeiro, 2019).

Segundo Porto et al. (2021), emancipar, nessa ótica, significa capacitar comunidades e sujeitos historicamente marginalizados a assumirem protagonismo na elaboração de políticas públicas e na definição de práticas de cuidado, para reforçar sua autonomia e autodeterminação. Os autores destacam ainda que esse modelo valoriza saberes populares, promove a equidade e amplia a participação social, elementos essenciais para garantir a saúde como um direito efetivo, combater desigualdades e fomentar modos de vida mais sustentáveis e dignos (Porto et al., 2021).

O musicoterapeuta Aluede (2006) é pontual ao argumentar que, em muitas sociedades tradicionais africanas, a música é inseparável do tecido social, da cura e da própria constituição da pessoa, o que desafia a fragmentação que a Musicoterapia acadêmica, muitas vezes eurocêntrica, impõe ao separar técnica de cultura, questionando a educação hegemônica colonial que não reconhece outras possibilidades de formulação e transmissão de

conhecimentos. A partir dessas reflexões, questionamos o eurocentrismo na Musicoterapia e discutimos a importância de currículos decolonizados a partir de propostas como as de Baines et al. (2019), Junio Ribeiro et al. (2021; 2025) e Paz (2022)

Aula 9: Escrevivências e Oralituras

Discutimos as Escrevivências, de Evaristo (2019; 2020), e a Oralitura, de Martins (2003), como propostas decoloniais de valorização de saberes ancestrais. A Escrevivência é uma escrita que nasce da vivência coletiva, do processo de apoderar e se empoderar da própria narrativa, ao rejeitar o olhar colonizador sobre as próprias histórias, ditas no plural como algo que abarca diversidades (Oliveira et al., 2021). A Oralitura rompe com a dicotomia entre oralidade e escrita, compreendida como uma epistemologia incorporada, ou seja, ao compreender que saberes ancestrais são inscritos na memória do corpo por meio de voz, gestos, cantos e rituais, que constituem uma forma de conhecimento não alfabético: “o que no corpo e na voz se repete é também uma episteme” (Martins, 2003, p. 70).

A partir do Projeto DiVersxs - Musicovivências Queers, no qual foi proposta uma perspectiva musical para o conceito de Escrevivência, de modo a registrar histórias, muitas vezes silenciadas, propondo a música como artefato sonoro de dignidade, luta e pertencimento ao registrarem as composições em um EP lançado em maio de 2026. Numa perspectiva decolonial, antiopressiva e emancipatória, aproxima a arte, a promoção de saúde e a valorização da memória de vivências singulares e coletivas num processo denominado como Musicoterapia Musicovivencial (DiVersxs, 2026).

4º Caminho: Promoção da saúde e práticas emancipatórias em Musicoterapia

Centrado na promoção da saúde e nas práticas emancipatórias em Musicoterapia, esse caminho ampliou a compreensão de saúde além do modelo biomédico, ao integrar dimensões sociais, culturais, políticas e comunitárias. Foram abordadas experiências de Musicoterapia com foco em práticas que favorecem o cuidado interseccional, a escuta sensível e o fortalecimento de sujeitos e comunidades. Propôs-se, assim, o desenvolvimento de projetos musicoterapêuticos comprometidos com a justiça social, a equidade e a dignidade humana.

Aula 10: Promoção da saúde e prevenção da violência

Discutiu-se a consolidação de políticas nacionais de saúde direcionadas a segmentos vulnerabilizados, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria GM/MS n.º 992, de 13 de maio de 2009), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Portaria GM/MS n.º 2.836, de 1º de dezembro de 2011), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Portaria MS/SAS n.º 699, de 2 de junho de 2004) e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria MS/SAS n.º 254, de 30 de janeiro de 2006) em consonância com a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS, 2018). Essas políticas, fundamentadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecem as Determinações Sociais de Saúde e garantem estratégias de cuidado culturalmente sensíveis. Nesse contexto, foram traçados paralelos entre as “práticas de vida” como modos coletivos de resistência (Araújo & Ribeiro, 2025) e as práticas de morte da Necropolítica (Mbembe, 2018), bem como seus impactos no pensar e fazer Musicoterapêutico.

Aula 11: Práticas emancipatórias em saúde (avaliação 2)

Como Paz (2022), acreditamos que os profissionais da Musicoterapia precisam ser instigados a repensar suas práticas. É fundamental que cultivem um olhar politizado, capaz de questionar e romper com paradigmas como a hospitalização, a medicalização e a patologização dos modos de vida, ao reconhecerem a potência da escuta, da expressão e da subjetividade como caminhos de cuidado e transformação.

Aqui abordamos como as práticas emancipatórias em saúde têm ganhado relevância no campo da Saúde Coletiva, especialmente diante de modelos hegemônicos de cuidado. A aula trouxe contribuições de Porto et al., (2021) e de Minayo (2003; 2006) para a construção de abordagens críticas e transformadoras, como reflexões que apontam para a necessidade de práticas que promovam justiça em dimensões social, sanitária, ecológica e cognitiva, e que reconheçam os saberes locais como legítimos e potentes na produção de saúde. Realizou-se a segunda avaliação, uma redação sobre visões decoloniais e emancipatórias em Musicoterapia.

Aula 12: Práticas emancipatórias em Musicoterapia

Na aula 12, propusemos reflexões sobre abordagens críticas a partir da Musicoterapia Feminista de Curtis (1996) e Hadley (2006), na Musicoterapia Queer e Trans, (Bain et al., 2016) e na Abordagem Antiopressiva em Musicoterapia (Baines, 2013).

As abordagens críticas em Musicoterapia reconfiguram o cuidado em saúde como terreno de questionamento das hierarquias e de afirmação de identidades historicamente marginalizadas. A Musicoterapia Feminista, por exemplo, estabelece um modelo de intervenção voltado ao empoderamento feminino, em que o ato de criar e registrar músicas próprias se torna ferramenta de conscientização política e solidariedade (Curtis, 1996). Essa ênfase no protagonismo das mulheres aponta para a urgência de romper com práticas terapêuticas que reforçam papéis de gênero pré-estabelecidos e reafirma a música como espaço de denúncia e reconstrução de subjetividades (Hadley, 2006).

Em paralelo, a perspectiva queer inspira uma Musicoterapia que problematiza pressupostos heteronormativos e binários, pautada na Teoria Queer para ampliar o escopo dos atendimentos a todas as pessoas, independentemente de expressões de gênero e sexualidade (Bain et al., 2016). Essa orientação propõe intervenções radicalmente inclusivas, em que musicoterapeutas adotam uma postura de escuta e questionamento constante das convenções sociais, o que favorece uma prática que celebra a multiplicidade de afetos e identidades, ao convocar comunidades a reinventarem coletivamente suas relações de poder.

A Musicoterapia Antiopressiva, por sua vez, assume que todo ato terapêutico é político, pois é atravessado por dinâmicas de privilégio, dominação e resistência (Baines et al., 2013). Nesse sentido, reeducar o olhar do terapeuta para as estruturas de poder, conforme preconiza Mahoney (2015), torna-se condição para implementar práticas que interfiram na reprodução de violências cotidianas. Por sua vez, a abordagem multicultural demanda reflexividade contínua sobre as próprias referências culturais de profissionais musicoterapeuta, ao convocar uma aprendizagem permanente acerca dos saberes populares e das tradições musicais das pessoas atendidas (Mahoney, 2015).

Essas correntes convergem para consolidar uma Musicoterapia orientada pela justiça social, que não apenas trata sintomas, mas mobiliza a música como dispositivo de transformação comunitária e de fortalecimento das vozes subalternizadas. Buscam contribuir para a construção de experiências que possibilitem a superação de múltiplas vulnerabilidades, promover o fortalecimento e a ampliação das redes de relações, de modo a desenvolver estratégias que assegurem o acesso, a promoção e a efetivação dos direitos humanos (Arndt & Maheirie, 2020).

Aula 13: Musicoterapia e atravessamentos étnico-raciais

Apresentar práticas de Musicoterapia em contextos de diversidade étnico-racial requer um olhar atento a iniciativas que colocam o diálogo intercultural no centro do cuidado em saúde. Nesse sentido, o Musicoteraprets é um coletivo formado por pessoas negras e indígenas, profissionais e estudantes de Musicoterapia que, desde 2021, partindo do aquilombamento como eixo ético-político de resistência e fortalecimento comunitário, agencia espaços de protagonismo voltados às identidades e culturas negras e indígenas. Desde o seu surgimento, o coletivo expandiu-se organicamente, consolidando-se como um movimento nacional que articula encontros anuais, debates, publicações e ações estratégicas de incidência política e cultural. Organizam anualmente o Encontro Nacional Musicoteraprets, que na sua quarta edição, ocorrida entre os dias 28 e 30 de novembro de 2024, assumiu o tema “Atravessamentos Decoloniais: Diversidade Étnico-racial, Promoção da Saúde e Musicoterapia”, tendo reunido mesas redondas, oficinas, apresentações artísticas e, pela primeira vez, a apresentação de trabalhos e pesquisas sobre o tema.

O Ambulatório Transcultural em Saúde Indígena, ampliou a discussão. Instalado em 2022 junto ao espaço cultural e universitário pluriétnico da Aldeia Marakanã, incorpora a Musicoterapia como ferramenta de acolhimento e cura comunitária. Coordenado em parceria entre lideranças indígenas e setores públicos, o ambulatório oferece rodas de canto e percussão tradicional, integradas a rituais de diálogo sobre ancestralidade e territórios (Mayerhoffer et al., 2025).

Juntas, essas experiências apontam para uma Musicoterapia que se constrói na intersecção de saberes ancestrais e acadêmicos, ao romper a neutralidade tecnicista e materializar a equidade étnico-racial como vetor de promoção da saúde.

Aula 14: Musicoterapia, gênero e sexualidade

As perspectivas queer e de gênero na Musicoterapia rompem com modelos hegemônicos ao reconhecer as vivências de mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ como centrais nos processos terapêuticos. No DiVersxs - Musicovivências Queers, por exemplo, musicoterapeutas LGBTQIA+ coordenam grupos nos quais a improvisação e a composição coletiva são instrumentos de afirmação de suas existências em movimento de resistência à normatividade de gênero, por meio de uma Musicoterapia Musicovivencial (DiVersxs, 2026). A Casa Tina Martins, referência de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica

em Belo Horizonte-MG, incorporou rodas de percussão e canto como práticas de autocuidado e fortalecimento de laços de sororidade e protagonismo feminino (Pinho, 2025).

Usamos como referência de práticas assertivas o trabalho de Whitehead-Pleaux et al. (2012), que elaboraram um guia de melhores práticas em Musicoterapia no atendimento de pessoas LGBTQIA+. Base importante para produções posteriores na área.

Aula 15: Avaliação final e encerramento

Neste encontro, foi realizado um Seminário sobre Práticas Emancipatórias em Musicoterapia no qual estudantes da disciplina apresentaram propostas de práticas emancipatórias referenciadas nos conteúdos das aulas anteriores. Nele, foram aprofundadas as discussões em grupo, compartilhadas experiências e exercitada a produção coletiva de conhecimento.

O conteúdo desenvolvido a partir das duas primeiras avaliações serviu como base introdutória e justificativa deste trabalho. Assim, se fechou um ciclo no qual todo o conteúdo se organizou em uma grande encruzilhada epistemológica.

Considerações finais

Nossa proposta de uma disciplina decolonial e antiopressiva em Musicoterapia emerge como resposta a uma lacuna histórica nos currículos de graduação no Brasil, que reflete a reprodução de epistemologias hegemônicas. A disciplina se coloca como um deslocamento epistemológico e metodológico, ao encruziar interseccionalidades, violências, teorias decoloniais e promoção da saúde para articular teoria e prática em direção ao enfrentamento das múltiplas formas de opressão.

A opção por metodologias dialógicas reforça nossa convicção de que formar musicoterapeutas implica formar sujeitos críticos, capazes de atuar de maneira sensível às desigualdades sociais. Torna-se urgente incorporar saberes sobre as diferenças para que o currículo promova uma educação crítica e alinhada às realidades socioculturais, a partir de um currículo crítico e dinâmico que ofereça o suporte para que a promoção da saúde se torne uma prática ético-política aplicada.

Embora a fundamentação trazida pelas autoras e autores aqui discutidos forneça uma base potente para a crítica das opressões estruturais, é imperativo reconhecer as tensões inerentes à transposição dessas teorias para o cotidiano acadêmico da Musicoterapia. A

perspectiva decolonial, por exemplo, ao questionar as bases eurocêntricas do saber, enfrenta o desafio de ser implementada em instituições que, historicamente, operam sob lógicas biomédicas e positivistas, as quais ainda conferem status de neutralidade ao fazer clínico.

Quando propomos a interseccionalidade como ferramenta analítica e prática, não estamos apenas adicionando um novo conteúdo ao currículo, mas tensionando o próprio exercício de poder do terapeuta, que é compelido a abandonar a confortável posição de observador neutro para se reconhecer como um sujeito político atravessado pelas mesmas desigualdades que moldam a existência do seu cliente. Reconhecemos que essa proposta é um passo inicial, cuja materialização dependerá da disposição institucional e do diálogo contínuo com a comunidade acadêmica. Buscamos apresentar não apenas uma disciplina, mas a possibilidade de repensar o que significa formar musicoterapeutas no Brasil contemporâneo. Ao inscrever interseccionalidade, decolonialidade e emancipação como princípios estruturantes, vislumbramos uma Musicoterapia comprometida com a justiça social e com as lutas de seu tempo.

É nesse entrecruzamento de saberes que se constrói uma formação verdadeiramente emancipatória. Por fim, como na cosmopercepção espiralar, de início, meio e início, esperamos que nosso trabalho contribua para sociedades mais justas, ao inspirar novas experiências e fortalecer uma Musicoterapia crítica e socialmente engajada.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Aluede, C. O. (2006). Music therapy in traditional African societies: Origin, basis and application in Nigeria. *Journal of Human Ecology*, 20(1), 31–35. DOI:10.1080/09709274.2006.11905898
- Araújo, I. L. F., & Ribeiro, L. P. (2025). A saúde da população negra e as políticas no século XX: É nas encruzilhadas que encontramos resistências, emancipações e mortes. *Cadernos de Saúde Pública*, 41(4), e00080224. DOI:10.1590/0102-311XPT080224
- Arndt, A. D., & Maheirie, K. (2020). Musicoterapia social e comunitária: Ações coletivas em pauta. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1–15. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200013
- Bain, C. L., Grzanka, P. R., & Crowe, B. J. (2016). Toward a queer music therapy: The implications of queer theory for radically inclusive music therapy. *The Arts in Psychotherapy*, 50, 22–33. DOI:10.1016/j.aip.2016.02.004.
- Baines, S. (2013). Music therapy as an anti-oppressive practice. *The Arts in Psychotherapy*, 40(1), 1–5. DOI:10.1016/j.aip.2012.09.002.

- Baines, S., Pereira, J., Hatch, J., & Edwards, J. (2019). Queering the curriculum: Why music therapy and other creative arts therapy trainings need queer theory. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, 19(3). DOI:10.15845/voices.v19i3.2676.
- Barros, D. (2024). *O que é identitarismo?* Boitempo.
- Beniste, J. (1997). *Òrun-Àiyé: O encontro de dois mundos: Sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra*. Bertrand Brasil.
- Beniste, J. (2006). *As águas de Oxalá - Àwon Omi Òsàlá*. Bertrand Brasil.
- Boggan, C. E., Grzanka, P. R., & Bain, C. L. (2017). Perspectives on queer music therapy: A qualitative analysis of music therapists' reactions to radically inclusive practice. *Journal of Music Therapy*, 54(4), 375–404. DOI: 10.1093/jmt/thx016.
- Bourdieu, P. (2007). La violence symbolique. *Critique*, 19(615), 156–162.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Carspecken, P. F. (2011). Pesquisa qualitativa crítica: Conceitos básicos. *Educação e Realidade*, 36(2), 395–424.
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230051/000785099.pdf?sequence=1>
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo.
- Costa, F. F. A., & Melo, L. C. S. R. (2024). Transfobia institucional: Um desafio para a efetivação do direito à saúde da população trans. *Revista de Antropologia e Políticas Públicas*, 5(1), 1–17. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/69177>.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), Article 8.
<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10, 171–188.
- Curtis, S. L. (1996). *Singing subversion, singing soul: Women's voices in feminist music therapy* [Tese de Doutorado, Concordia University].
- Damas, M. (2024). *Educação em movimento: Desafios e inovações para o século XXI*. ABMES Editora.
- Di-Versxs. (2026). *Musicovivências Queers*. <https://diversxs.com.br>
- Domingos, M. M., & Cunha, R. (2017). Os sentimentos que mulheres negras expressam em atividades musicoterapêuticas. *Anais do XVIII Fórum Paranaense de Musicoterapia*, 18, 79–83. <https://amtpr.com.br/wp-content/uploads/2021/03/2017-14.-Os-sentimentos-que-mulheres-negras-expressam-em-atividades-musicoterapeuticas..pdf>.
- Domingos, M. M., & Cunha, R. (2021). Os sentimentos que mulheres negras expressam em atividades musicoterapêuticas. In F. E. A. Batista (Org.), *Arte: Multiculturalismo e diversidade cultural 2* (pp. 96–108). Atena. DOI:10.22533/at.ed.8472111108.
- Evaristo, C. (2020). A Escrivivência e os seus subtextos. In C. L. Duarte & I. R. Nunes (Orgs.), *Escrivivência: A escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26–47). Mina Comunicação e Arte.
- Evaristo, C. [FESTIVAL DE MULHERES DO MUNDO]. (2019, 20 de novembro). *A Escrivivências no centro do debate: Conceição Evaristo em partilha com Carla Fernandes* [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=jzy0kunZ_rA

- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas* (S. Nascimento & R. Camargo, Trad.). Ubu Editora.
- Fansler, V., Reed, R., Bautista, E., Arnett, A. T., Perkins, F., & Hadley, S. (2019). Playing in the borderlands: The transformative possibilities of queering music therapy pedagogy. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, 19(3), 1–19. DOI:10.15845/voices.v19i3.2642.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade 1: A vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.). Edições Graal.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167–191. DOI:10.1177/002234336900600301.
- Ghisleni, A. C., & Costa, D. M. (2021). A pesquisa-intervenção no mestrado profissional e suas possibilidades metodológicas. *Educar Em Revista*, 37, 1–15. DOI:10.1590/0104-4060.79785.
- Gomes, N. L. (2007). Indagações sobre currículo: Diversidade e currículo. In J. Beauchamp, S. D. Pagel & A. R. Nascimento (Orgs.), *Documento do Ministério da Educação* (pp. 17–47). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Hadley, S. (2006). *Feminist perspectives in music therapy*. Barcelona Publishers.
- Junio Ribeiro, W. (2025). *Da indignação à ação interseccional: Construindo disciplina decolonial, anti-opressiva e emancipatória para graduação em Musicoterapia* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/items/24b58bf8-9214-4f02-9265-b93b4a12f805>
- Junio Ribeiro, W., Pedrosa, F. G., & Magalhães, V. R. (2021). Musicoterapia, gênero e sexualidade: Perspectivas acerca da população LGBTQ+ no pensar e fazer musicoterapêutico. *Brazilian Journal of Music Therapy*, (30), 59–80. <https://doi.org/10.51914/brjmt.30.2021.345>
- Junio Ribeiro, W., Ribeiro, L. P., & Magalhães Rosário, V. (2025). Musicoterapia e interseccionalidades: Perspectivas críticas sobre dinâmicas estruturais de violências e opressões e seu enfrentamento por meio de práticas emancipatórias na Musicoterapia brasileira. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, 25(3), 1–20. <https://doi.org/10.15845/voices.v25i3.4528>
- Ladeia, P. S. S., Mourão, T. T., & Melo, E. M. (2016). O silêncio da violência institucional no Brasil. *Revista Médica de Minas Gerais*, 26(Supl. 8), 398–401.
- Leal, M. C., Nogueira da Gama, S. G., Pereira, A. P. E., Pacheco, V. E., Carmo, C. N., & Santos, R. V. (2017). A cor da dor: Iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(13), 1–17. DOI:10.1590/0102-311X00078816.
- Libâneo, J. C. (2013). *Didática* (2ª ed.). Cortez.
- Mahoney, E. R. (2015). Multicultural music therapy: An exploration. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, 15(2), s.p. <https://doi.org/10.15845/voices.v15i2.844>
- Maldonado-Torres, N. (2018). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: Algumas dimensões básicas. *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*, 2, 27–53.
- Martins, L. M. (2003). Performances da Oralitura: Corpo, lugar da memória. *Letras (UFSM)*, (26), 63–81. <https://doi.org/10.5902/2176148511881>

- Mayerhoffer, F. M. A., Ferreira, A. G. D., & Costa, G. S. (2025). Transfluências de saberes: Bem viver indígena, música e psicanálise. *Brazilian Journal of Music Therapy*, (39), 45–63. DOI:10.15845/voices.v15i2.844.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (3ª ed.). n-1 edições.
- Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (18ª ed.). Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2006). Um fenômeno de causalidade complexa. In *Violência e saúde* (pp. 12–23). Editora FIOCRUZ. <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807-02.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp. 9–29). Vozes.
- Minayo, M. C. S., & Souza, E. R. (Orgs.). (2003). *Violência sob o olhar da saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Editora Fiocruz.
- Ministério da Saúde. (2004). *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: Princípios e diretrizes*. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf
- Ministério da Saúde. (2013). *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais* (1ª ed., 1ª reimp.). Editora do Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- Ministério da Saúde. (2017). *Política nacional de saúde integral da população negra: Uma política para o SUS* (3ª ed.). Editora do Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf
- Ministério da Saúde. (2018). *Política nacional de promoção da saúde: PNPS*.
- Misse, M. (2016). Violência e teoria social. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 9(1), 45–63. DOI: 10.4322/dilemas.v9.n.1.7672.
- Nascimento, A. (1980). *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO).
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva.
- Oliveira, D. A., & Ferrari, A. (2018). Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: Os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. *Revista Diversidade e Educação*, 6(1), 21–29. DOI:10.14295/rde.v6i1.7166.
- Oliveira, I. V. (2025). Ebó onto-epistêmico: Modos de aprontar escrituras na pesquisa em educação. *Revista e-Curriculum*, 23, 1–27. DOI:10.23925/1809-3876.2025v23e69060.
- Oliveira, M. J., Camargo Sampaio, J. C., & Silva, O. A. (2021). Entre e para além da literatura: Um estudo da noção “escritura”, de Conceição Evaristo. *Nau Literária*, 17(2), 166–194. <https://doi.org/10.22456/1981-4526.110421>
- Paraíso, M. A. (2004). Currículo: Culturas e imagens que podem povoá-lo. *ETD – Educação Temática Digital*, 5(1), 1–19. DOI:10.20396/etd.v5i1.980.
- Paraíso, M. A. (2009). Currículo-desejo, currículo-experimentação. *Educação & Realidade*, 34(2), 35–51. <https://seer.ufg.br/educacaoerealidade/article/view/9355>
- Paraíso, M. A. (2010). Diferença no currículo. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 587–604. DOI:10.1590/S0100-15742010000200015.

- Paz, K. (2022). A perspectiva política nas práticas clínica e sociocomunitária da Musicoterapia no Brasil. *ECOS – Revista Científica de Musicoterapia y Disciplinas Afines*, 7, e024. DOI:10.24215/2718644Xe024.
- Pinho, M. L. S. (2025). *CLANDESTINAS: Musicoterapia comunitária com mulheres sobreviventes de violência doméstica* [Monografia de Bacharelado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://musica.ufmg.br/musicoterapia/wp-content/uploads/sites/10/2024/09/TCC-Maria-Luiza-S-Pinho.pdf>
- Porto, M. F., Rocha, D. F., & Fasanello, M. T. (2021). *Saúde, ecologias e emancipação: Conhecimentos alternativos em tempos de crise(s)*. Hucitec.
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. Editora Cortez.
- Prandi, R. (2001). *Mitologia dos orixás*. Companhia das Letras.
- Reis, J., Pedrosa, F., Arndt, A., & Mara, M. (2024). Atendimento de Musicoterapia com mulheres negras. *Revista O Mosaico*, 18(1), 1–22. DOI:10.33871/21750769.2024.18.1.8405
- Reis, T. (2015). *Homofobia no ambiente educacional: O silêncio está gritando*. Appris.
- Reis, T. (Org.). (2018). *Manual de comunicação LGBTI+ (2ª ed.)*. Aliança Nacional LGBTI/GayLatino. <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>
- Reis, T., & Cazal, S. (Orgs.). (2021). *Manual de educação LGBTI+ [livro eletrônico]*. IBDSEX. [https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacao_gaylatino_2021_v_25_11_2_021 - WEB.pdf](https://vtp.ifsp.edu.br/images/NUGS/manual_de_educacao_gaylatino_2021_v_25_11_2_021_-_WEB.pdf)
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.
- Rodrigues, E. J., & Oliveira, O. V. (2013). Currículo e identidade: (Re)significações no campo curricular. *Espaço do Currículo*, 6(3), 383–395. DOI:10.15687/rec.v6i3.18977.
- Rufino, L. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Mórula Editorial.
- Sacristán, J. G. (2000). *O currículo: Uma reflexão sobre a prática* (E. F. F. Rosa, Trad.). ArtMed.
- Silva, A. O. C., Santos, S. V., & Pedrosa, F. G. (2025). Musicoterapia e interseccionalidades: A criação de espaços de escuta e apoio coletivo entre mulheres negras. *Brazilian Journal of Music Therapy*, (39), 22–44. <https://doi.org/10.51914/brjmt.39.2025.445>
- Silva, J. P. L. (2018). *Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo: A invenção de modos de vida transviados* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Silva, L. O. A., & Madrid, F. M. L. (2021). O combate à violência institucional contra as mulheres e a desqualificação da palavra da vítima. *Centro Universitário Prudente, Ética*, 17(27), 1–24. <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/9143>
- Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Editora Vozes.
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535–549. <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>
- Whitehead-Pleaux, A., Donnenwerth, A., Robinson, B., Hardy, S., Oswanski, L., Forinash, M., Hearn, M., Anderson, N., & York, E. (2012). Lesbian, gay, bisexual, transgender and questioning: Best practices in music therapy. *Music Therapy Perspectives*, 30, 158–166. DOI:10.1093/mtp/30.2.158.

Wolf, S. (2021). *Sexualidade e socialismo: História, política e teoria da libertação LGBT. Autonomia.*



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non Commercial-Share Alike 4.0 International License.